

Relativamente ao Programa de Ação , informou que o mesmo, tal como outros documentos, havia estado à disposição dos associados para consulta, através de diversas formas, designadamente, na sede da Associação, constando de um dossier, e na página web da APEC, conforme o disposto no n.º 5 do Artigo 22.º dos Estatutos.

No entanto e para que não houvesse qualquer tipo de dúvidas, o Senhor Presidente da Direção pediu ao Senhor Presidente da Mesa, que fosse proposto aos Senhores Associados a dispensa da leitura do Programa de Ação uma vez que o mesmo já era do conhecimento de todos os presentes. Esta proposta foi aceite pela Mesa para discussão, após o que foi votada por unanimidade da Assembleia. O Senhor Presidente da Direção fez um resumo de todas as atividades constantes do Programa para 2023.

Finda a apresentação do programa de ação, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Presidente da Direção os destaques feitos em traços gerais do plano de Ação e abriu a discussão aos presentes para se poderem pronunciar sobre o mesmo.

O Senhor Associado Carlos Miguel Figueiredo pediu a palavra para solicitar esclarecimentos relativamente à prossecução das aulas de orientação e mobilidade no próximo ano, destacando que deixou de ser apoiado ainda este ano de forma súbita e inesperada, segundo o mesmo porque foi colocado em causa por parte da Associação/Direção o desempenho da Técnica Cristina Almeida, não percebendo quais as motivações que levaram à interrupção deste serviço. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os presentes se haveria mais alguma questão e o Senhor Presidente da Direção solicitou a palavra para poder responder às questões colocadas separadamente. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Direção que esclareceu o Senhor Associado Carlos Figueiredo mencionando que o mesmo poderá solicitar novamente o apoio em questão, pois existe outra técnica na Associação, sendo que a Técnica Cristina Almeida se encontra de baixa desde 6 de junho do presente ano. O Associado insistiu na questão do motivo pelo qual o trabalho da Técnica tinha sido posto em causa e o Senhor Presidente da Direção solicitou de novo a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, tendo feito a ressalva de que o ponto que estava a ser tratado se referia às atividades a serem desenvolvidas em 2023 e os atos de gestão de pessoal, segundo os estatutos, são da competência da Direção, reforçando que o Associado poderá solicitar novamente o apoio, caso necessite, havendo uma técnica para dar resposta. O Senhor Vice-Presidente da Direção, Manuel Horta Machado pediu a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para prestar um esclarecimento e acrescentou que a nova Técnica contratada não é de substituição mas sim mais uma técnica.

Subsequentemente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Senhora Associada Ana Paula Gomes após sua solicitação. A Senhora Associada colocou uma questão relativamente ao ponto 6.2 do programa de ação para 2023 “Associados e Órgãos Associativos” reportando-se a uma situação pessoal a qual já se encontra resolvida.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se existiam mais dúvidas sobre o Programa de ação que os Associados gostassem de ver esclarecidas. A Senhora Associada Mariana Rosa pediu a palavra para solicitar a clarificação do ponto 2 do programa de ação, nomeadamente “Encontrar formas de dinamizar a Sala de Estimulação Sensorial (Sala Snoezelen)”, tendo sido devidamente esclarecida pela Direção, na pessoa do Senhor

ATAS

Folha 36

Presidente Victor Graça. O Senhor associado Pereira da Rocha emitiu a sua opinião de que o valor das rendas estaria empolado. A Senhora Associada Ana Paula Gomes usou da palavra referindo-se ao ponto 3 do programa de ação “Acordos de cooperação, projetos e Parcerias” para questionar se as parcerias e protocolos mencionados estavam todos protocolados tendo sido devidamente esclarecida pela Direção, na pessoa do Senhor Presidente Victor Graça. O Senhor Associado Carlos Rosa solicitou a palavra para colocar duas questões relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente o número de pessoas afetas à sede e o número de prestadores de serviços. O Senhor Presidente da Direção esclareceu as dúvidas, dando a palavra à Advogada da Associação, Dra. Filipa Graça, que passou a ler o email de resposta ao mesmo pedido que já tinha sido feito pelo Senhor Associado Carlos Rosa por escrito. O Senhor Associado colocou ainda outra questão relativa ao protocolo com a escola Redbridge, mais especificamente no que se refere à atualização do valor do “Cannon”. A Tesoureira da Associação, Senhora Helena Bastos esclareceu o Senhor Associado Carlos Rosa contudo a questão foi remetida para discussão do orçamento a posteriori. Posteriormente foi dado um esclarecimento pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente às datas de apresentação do Plano de Ação e do Relatório de Atividades dada a dúvida suscitada pelos Senhores Associados Carlos Figueiredo e Mariana Rosa, enquadrando os momentos da sua apresentação com o estabelecido na lei e nos estatutos.

A Senhora Associada Ana Paula Gomes tomou a palavra para solicitar informações sobre o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia e o regulamento eleitoral. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que de acordo com os estatutos os associados podem solicitar a consulta desses documentos, mediante os meios disponíveis, para tomar conhecimento desses protocolos, sendo que o regulamento se encontra disponibilizado no site da Associação.

O Senhor Associado Carlos Rosa voltou a pedir a palavra referindo-se ao ponto 8 do plano de ação “Património e Instalações” para questionar se o licenciamento do edifício da Associação já estava aprovado. O Senhor Presidente da Direção informou o Associado que essa questão já tinha sido respondida em email enviado ao próprio e solicitou à Dra. Filipa Graça que desse conta do conteúdo desse mesmo email. A Dra. Filipa fez a leitura do email em que a Direção se disponibilizou a receber o Associado por forma a este poder consultar toda a documentação referente ao licenciamento do edifício. O Associado Carlos Rosa voltou a mencionar o assunto, relativo ao licenciamento, referindo que se dirigiu aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e passou a ler documentos que tinha em sua posse onde consta informação de que o licenciamento não teria sido aprovado, levantando a questão de que não havendo licenciamento as atividades da Associação não poderiam continuar a ser desenvolvidas acrescentando que uma das partes estaria a faltar à verdade sobre esta matéria, tendo declarado que iria disponibilizar os documentos que tinha em seu poder à mesa da Assembleia, para serem anexados à presente ata. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou que a Assembleia fosse interrompida para conferenciar com a Advogada da Associação, Dra. Filipa Graça.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu indicação de que se estaria em condições de se retomarem os trabalhos e apresentou ao Senhor Associado Carlos Rosa

um documento solicitando que este procedesse à sua leitura, passando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia a lê-lo posteriormente em voz alta para todos os Associados, esclarecendo que aquele documento dava conta de que estavam a ser envidados esforços por parte da Direção para dar por encerrado o processo de licenciamento do edifício, faltando apenas as obras contra incêndios para que o mesmo ficasse devidamente aprovado. Ficava assim evidenciado que o processo tinha tido desenvolvimentos recentes e estaria em fase final.

O Senhor Presidente da Direção solicitou a palavra para pedir aos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia uma reunião com o arquiteto responsável pelo processo de forma a poder apresentar todas as evidências respeitantes ao licenciamento, reforçando que a Direção não tem nada a esconder.

O Senhor Presidente do Conselho fiscal solicitou a palavra para acrescentar que, pelo facto de os processos de licenciamento decorrerem com delonga, tal não significaria que as entidades que o solicitam, e neste caso a Associação especificamente, estejam em situação de incumprimento ou irregularidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerradas as dúvidas relativas ao Programa de ação e passou seguidamente à descrição sucinta do orçamento, a pedido do Senhor Presidente da Direção. Tendo de seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia aberto espaço para apreciação dos Associados do orçamento para 2023 e respetivas dúvidas que fossem suscitadas.

O Senhor Associado Carlos Rosa pediu a palavra para retomar o assunto que já tinha colocado anteriormente relativo ao protocolo com a escola Redbridge e a atualização do índice do cannon. A Tesoureira da Associação, Senhora Helena Bastos informou que o documento com a atualização do índice existe e que tem sido negativo até ao momento.

Na sequência deste assunto o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu que ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal que o Conselho Fiscal colaborasse com a Direção e validasse esse índice relevante para o efeito e não fosse apenas o parceiro a indicá-lo, tendo os Senhores Presidentes do Conselho Fiscal e da Direção aceite a sugestão.

Subsequentemente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia voltou a questionar se ainda existiam dúvidas a colocar sobre o orçamento para 2023. O Senhor Associado Carlos Rosa pediu a palavra para questionar a rubrica dos gastos com o pessoal “trabalhos especializados”, bem como o montante total de gastos com o pessoal e ainda o valor estimado para as obras necessárias à aprovação do licenciamento do edifício, tendo sido esclarecido devidamente pela Senhora Tesoureira e pelo Senhor Presidente da Direção.

Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal Dr. Manuel Adolfo Batista de Vasconcelos, o qual passou a ler o parecer elaborado por aquele órgão. Finda a leitura do mesmo, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia voltou a questionar se ainda existiam dúvidas relativamente ao orçamento, tendo a Senhora associada Ana Paula Gomes usado da palavra, solicitando esclarecimento para o facto de na conta “Reparação, manutenção edifícios” serem mencionados 10 000€

ATAS

Folha 37

quando foi referido que seriam necessários 30 000€ para as obras a serem efetuadas por conta da aprovação do licenciamento do edifício da sede, tendo sido devidamente esclarecida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.

Dando por encerradas as dúvidas relativamente ao orçamento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs então que se passasse à votação dos documentos apresentados. Procedeu-se, em seguida, à votação do Programa de Ação para 2023 e do Parecer do Conselho Fiscal, tendo-se obtido o seguinte resultado: 26 (vinte e seis) votos a favor, 4 (quatro) abstenções e 2 (dois) votos contra. Seguiu-se a votação do Orçamento para 2023 e do Parecer do Conselho Fiscal, tendo-se obtido o seguinte resultado: 26 (vinte e seis) votos a favor, 3 (três) abstenções e 3 (três) votos contra.

Subsequentemente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto número dois da ordem de trabalhos - Apresentação, discussão e votação de adenda à Acta 96, com retificação da proposta para aquisição de imóveis aprovada na Assembleia Geral de 28 de Março de 2022, para apresentar propositura de reclamação graciosa junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista a reverter a decisão de recusa daqueles serviços em atribuir isenção de pagamento de IMT e Imposto de Selo, estabelecida no artigo 44º, nº 1, alínea f) do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na aquisição do prédio sito na Rua do Meio à Lapa, nº 89, em Lisboa, para os fins estatutários da Instituição.

O Senhor Presidente da Mesa Dr. José Miguel Moser após leitura e apresentação da proposta deu a palavra à Direção que expôs à Assembleia os motivos que levaram à apresentação da proposta, que seguidamente se transcreve:

ADENDA À Acta 96, com rectificação da proposta para aquisição de imóveis aprovada na Assembleia Geral de 28 de Março de 2022:

«PROPOSTA À ASSEMBLEIA GERAL ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Esta Direção propôs-se, neste mandato, dar continuidade à política que vinha a desenvolver, no sentido de reforçar em qualidade o património da instituição, e assim melhorar a prestação dos seus serviços, e o desenvolvimento e inovação das suas atividades, tendo sempre presente uma estrutura financeira equilibrada. De tal forma, a aquisição de imóveis e seu arrendamento, sendo aprovada, permitirá uma melhoria na realização dos fins e actividades da Instituição, que são:

Art.º 3º

Dos fins e atividades

1. A APEC tem por finalidade a defesa dos direitos e interesses dos deficientes visuais, tendo em vista a sua plena integração cultural, social e profissional.

2. Para a realização dos seus objetivos, a Associação propõe-se:

a) Manter o Instituto António Feliciano de Castilho, que funciona na Rua Francisco Metrass, n.º 95, 1350-141 Lisboa, que será o seu estabelecimento para o ensino especial;

b) Apoiar, participar e/ou criar lares Residenciais, lares de Apoio, estruturas residenciais para idosos, centros de convívio, centros de dia e centros culturais, tudo dentro dos limites e no cumprimento dos requisitos legais;

c) Empreender e apoiar atividades que visem promover a integridade física, psíquica e moral dos deficientes visuais, bem como a sua educação, habilitação e reabilitação, formação profissional, emprego, cultura, prática desportiva e ocupação dos tempos livres;

d) Cooperar com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais que prossigam objetivos afins;

e) Pugnar por uma sociedade inclusiva, promovendo junto da opinião pública a imagem dos deficientes visuais dignificados pela cultura, pelo trabalho e pela participação na vida social;

f) Constituir-se como centro de referência para o ensino, nomeadamente em matérias ligadas à deficiência visual;

g) Promover o desenvolvimento e a divulgação de equipamentos e serviços que facilitem a autonomia e a igualdade de oportunidades dos deficientes visuais;

h) Apoiar, participar e/ou criar empresas comerciais, industriais, de serviços e de inserção que sirvam de suporte financeiro à Associação;

i) Implementar e apoiar oficinas protegidas ou outras unidades de trabalho com vista à criação de postos de trabalho, que poderão estar dotados de autonomia administrativa e financeira;

j) Apoiar, participar e/ou criar um serviço de apoio domiciliário, através do qual se ensinam, ajudam e acompanhem os deficientes visuais que disso tenham necessidade;

k) Criar uma biblioteca/digiteca, por forma a permitir o apoio ao estudo, cultura e lazer dos deficientes visuais;

l) Apoiar e divulgar medidas de profilaxia e cura das doenças do foro oftalmológico;

m) Facultar as ajudas necessárias ao acesso e prosseguimento de estudos e integração de indivíduos deficientes visuais, em casos de carência financeira devidamente comprovada, dentro das possibilidades financeiras da APEC.

ATAS

3. Na sua atuação a APEC terá também especial atenção às especificidades dos deficientes visuais portadores de multideficiência.

4. A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção.

Da comparticipação dos serviços prestados aos Utentes

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, devidamente comprovada.

2. As comparticipações dos utentes serão fixadas em conformidade com as tabelas constantes dos acordos de cooperação e financiamento para os fins enunciados, que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes ou outras entidades, de acordo com as normas legais aplicáveis.

O rendimento decorrente de tais aquisições será directa e imediatamente alocado a tais fins e actividades da Instituição e para, concretamente, e no que diz respeito às pessoas com deficiência visual:

- dar apoio domiciliário;
- ministrar o ensino de informática, para promover a sua colocação no mercado de trabalho;
- ministrar o ensino de competências relativas às actividades da vida diária;
- ministrar o ensino de orientação e mobilidade, para promover a sua locomoção no seu dia-a-dia;
- ministrar o ensino do Braille, para promover a sua alfabetização.

Não obstante a pandemia ocorrida nos últimos dois anos, o que inviabilizou a concretização de muitos dos projectos em curso, ainda assim, a estabilidade financeira foi mantida, o que permitiu que a Associação tivesse a 31 de Dezembro passado o valor de 805.492,71€ em depósitos, dos quais não se auferem quaisquer rendimentos, dado os juros praticados no mercado. Assim, com o objectivo de rentabilizar o capital existente em cerca de 4% ao ano, segundo é possível estimar, a Direção vem propor a esta Assembleia autorização para investir até 750.000€, na aquisição de imóveis no concelho de Lisboa ou nos Concelhos limítrofes, para posteriormente proceder ao seu arrendamento, o que permitirá alocar tal rendimento à prossecução dos fins estatutários da Instituição concretamente mencionados.

Mais se propõe que esta Assembleia autorize a Direção a celebrar as respectivas escrituras públicas de aquisição dos referidos imóveis, mediante audição prévia da Mesa da Assembleia Geral e parecer favorável do Conselho Fiscal. Este reforço

dos rendimentos vai enriquecer, inequivocamente, o património imobiliário da APEC, o que contribuirá para o seu desenvolvimento e para a melhor prossecução dos seus fins e actividades estatutariamente contemplados.

A Direção»

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu à Direção para apresentar a proposta, tendo a mesma solicitado à Dra. Filipa Graça advogada da Instituição que passasse a apresentar aos Senhores associados este ponto da ordem de trabalhos. Após explicitação por parte da Dra. Filipa Graça do documento apresentado, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu espaço para os associados colocarem dúvidas com relação ao documento, caso as houvesse.

O Senhor Associado Carlos Rosa pediu a palavra para solicitar esclarecimentos relativamente aos imóveis adquiridos, bem como qual o valor dessa aquisição e dos seus impostos, questionando ainda qual a alternativa caso a decisão da Autoridade Tributária não fosse revertida, tendo sido devidamente esclarecido pela Dra. Filipa Graça, a pedido do Senhor Presidente da Direção.

Após terem sido dados todos os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração dos Associados a votação da proposta apresentada, tendo-se obtido os seguintes resultados: 26 (vinte e seis) votos a favor, 5 (cinco) abstenções e 1 (um) voto contra.

O Senhor Associado Carlos Rosa explicitou que o motivo pelo qual tinha votado contra se devia ao facto do total do montante gasto na aquisição dos imóveis, considerando também os impostos, ter ultrapassado em cerca de trinta e um mil euros o valor que foi inicialmente estipulado e votado.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto número 3 da ordem de trabalhos “Informações”, não houve informações prestadas pela Direção nem por nenhum Órgão da Associação.

Por iniciativa do Senhor Associado Victor Graça, foi proposto um voto de confiança à Mesa para elaboração e aprovação da ata desta Assembleia, o qual foi aprovado com os seguintes resultados: 30 (trinta) votos a favor e 0 (zero) abstenções, e 0 (zero) votos contra. O Senhor Presidente da Mesa, depois de agradecer a presença e a colaboração de todos no decurso dos trabalhos, que decorreram de forma muito construtiva, deu por encerrada a Assembleia, pelas 22 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos elementos que constituíram a Mesa da Assembleia-geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



José Miguel Pestana de Mello Moser

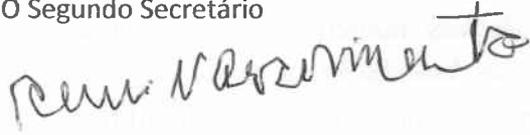
O Primeiro Secretário



ATAS

Morris Artur de Almeida Lewes

O Segundo Secretário



Rui Gonçalves Simões do Nascimento

